

**O ENSINO MÉDIO QUE SE REINVENTA:** proposta curricular do estado de Minas Gerais

THE HIGH SCHOOL THAT REINVENTS ITSELF: curriculum proposal of the state of  
Minas Gerais

Vlademir Marim<sup>1</sup>

Wattson Estevão Ferreira<sup>2</sup>

## Resumo

Esse trabalho analisa como a proposta curricular do Reinventando o Ensino Médio (REM) tem contribuído para a formação cidadã dos alunos para progredirem no trabalho e em estudos posteriores. Realizamos uma revisão dos documentos oficiais almejando desvelar a proposta curricular do REM. Promovemos entrevistas e posteriormente transcrevemos os dados com o apoio do software *SurveyMonkey*. Após realizarmos a análise, concluímos que a proposta REM se destaca das anteriormente implantadas pelo governo, sendo a única que entrou em vigência em todas as Superintendências Regionais de Educação. No entanto, no momento de seu desenvolvimento, os percalços comprometeram o programa, impossibilitando o seu avanço. Mesmo apurando os diversos problemas ocorridos, o REM deveria ser repensado e reajustado e não necessariamente eliminado pelos novos gestores.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Organização Curricular. Reinventando o Ensino Médio.

## Abstract

This job analyzes how the curriculum proposal Reinventing High School (REM) has contributed to civic education of students related to progress at work and later studies. We reviewed official documents aiming to unveil the REM curriculum proposal. We conducted interviews and transcribed the data with the support of the SurveyMonkey software. After performing our analysis we concluded that the REM proposal stands out differently from the one previously implemented by the government, and it is the only one which came into force in all the Regional Education Offices. However, at the time of its development, problems

---

<sup>1</sup> O autor é doutor em Educação Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Uberlândia-MG, Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP - curso de Matemática. Organizador do livro *Educação Matemática: contextos e práticas docentes* publicado pela editora Alínea/Campinas Coordena o Estágio Supervisionado do curso de Matemática e participa das Comissões da Biblioteca, Estágio Supervisionado e colegiado do curso de Matemática. Coordenador de Gestão do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Autor da Coleção *Saber Matemática* do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental publicada pela editora FTD (PNLD/2013). E-mail: marim@pontal.ufu.br.

<sup>2</sup> O autor é graduando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolve projeto de pesquisa em *Iniciação Científica* financiado pela FAPEMIG no período de 2013 à 2016. E-mail: wattson.estevao@hotmail.com.

compromised the program preventing its advance. Despite its various problems, REM should be rethought and readjusted, and not necessarily eliminated by the new managers.

**Keywords:** Public policy. Curricular organization. Reinventing High School.

## INTRODUÇÃO

O Ensino Médio é compreendido como a última etapa da Educação Básica, e, atualmente, encontra-se em um período de reformulações e reestruturações curriculares e de novos modelos pedagógicos, que devem se aliar, permitindo uma oferta de ensino de qualidade aos jovens e adultos.

Com base nas propostas para o Ensino Médio apresentadas nos documentos oficiais e nos parágrafos do art.22, da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constata-se que nesta fase da educação deve-se estabelecer significados para a transição dos jovens ao Ensino Superior ou a sua inserção no mercado de trabalho e na vida em sociedade. (BRASIL, 1996).

Além dessas propostas normativas para a Educação Básica, o Ensino Médio é avaliado no Brasil pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o qual mede os índices da rede pública de ensino. A avaliação do sistema é importante no sentido de investigar se as propostas curriculares estão atendendo às necessidades básicas da educação, sobretudo da rede estadual, que é responsável, de acordo com o Ministério de Educação e Cultura (MEC), por 85% dos matriculados no Ensino Médio no Brasil (BRASIL, 2014a).

O IDEB foi criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), para avaliar a qualidade da educação brasileira, com base no rendimento escolar, por meio do desempenho na Prova Brasil. Em 2013, o IDEB constatou uma média nacional de 3,4 pontos nas escolas públicas, o mesmo número de 2011, ficando abaixo da média projetada pelo MEC, de 3,9 pontos. No estado de Minas Gerais, o índice atingiu 3,6 pontos em 2013, menor que os 3,7 pontos de 2011, e abaixo também da média projetada, de 4,0. (BRASIL, 2014a).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) avaliou a situação da educação e constatou no último Censo Demográfico, realizado em 2010, que 91% da população brasileira, com 10 anos de idade ou mais, são alfabetizados, índice superior aos 87,2% do

Censo Demográfico realizado no ano de 2000. Com base nos dados apresentados, considera-se que os índices da Educação Básica no Brasil nos anos iniciais têm melhorado consideravelmente nos últimos anos. (BRASIL, 2010).

No entanto, identifica-se que 1,5 milhão de jovens entre 15 e 17 anos, que deveriam estar matriculados no Ensino Médio, estão fora da escola. Mesmo diante desses problemas, as taxas de aprovação, principalmente no primeiro ano desse seguimento, estão em 70%, de acordo com o presidente do INEP, mas, mesmo assim, faz-se necessário repensar políticas públicas que atendam aos anseios dos jovens e que o Ensino Médio caminhe para sua efetiva universalização. (BRASIL, 2014b).

A universalização do Ensino Médio, de acordo com a LDB, que assegura os direitos à educação, prevê garantias a todos os cidadãos, direito à educação gratuita e de qualidade, que deverá obrigatoriamente ser oferecida pelos estados.

Dessa forma, problematizou: A proposta curricular apresentada no Reinventando o Ensino Médio, na Escola Referência do município de Ituiutaba, no período de implantação, tem contribuído para a formação cidadã dos alunos para o progresso no trabalho e estudos posteriores?

Diante deste problema, selecionou-se uma escola da cidade de Ituiutaba – MG, vinculada a 11ª Superintendência Regional de Educação, e alguns sujeitos, envolvidos no período de implantação, no ano de 2013, como: a diretora, a coordenadora, os cinco professores das áreas de empregabilidade e os 45 alunos, que cursaram o 1º ano do Ensino Médio.

Assim, este trabalho pretende analisar como a proposta curricular do REM, implantada no estado de Minas Gerais, tem contribuído para a formação cidadã dos alunos para o progresso no trabalho e em estudos posteriores.

Para tanto, esse trabalho é de cunho qualitativo, quantitativo, estudo de caso e de análise documental. Estudaremos os documentos oficiais do governo federal e institucional do estado de Minas Gerais; realizaremos entrevistas com os cinco professores, a coordenadora e a diretora, vinculados à Escola referência no processo de implantação do Reinventando o Ensino Médio (REM).

O tema em estudo trata-se de um fenômeno contemporâneo e bastante relevante; além disso, conforme mencionado anteriormente, este estudo poderá contribuir para compreender o governo, sobre a implantação das propostas curriculares para o Ensino Médio.

## 1. PROPOSTAS CURRICULARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Entre as várias propostas educacionais que vigoraram para o Ensino Médio, destacamos as DCNEM/1998, aprovadas em 01 de junho de 1998, que retratam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e apresentam “propostas de regulamentação da base curricular nacional e de organização do Ensino Médio” (BRASIL, 1998, p. 01). O documento foi encaminhado pelo então ministro da Educação e do Desporto, para que fosse aprovado e deliberado pela Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A outra proposta é o NPCEM, referente a um projeto elaborado no primeiro mandato do governador Aécio Neves da Cunha (2003/2006), implantado em 24 de novembro de 2006, pela Resolução SEE/MG N° 833, que pretendia oferecer educação de excelência nos cursos de Ensino Médio, promovendo a possibilidade de continuidade aos estudos da Educação Básica, visando à consolidação dos conhecimentos que pudessem atender às necessidades na formação, com o intuito de aprimorar o desempenho escolar dos alunos e, conseqüentemente, possibilitar a garantia de condições para permanência na escola – diminuir a evasão -, visando melhorar o sucesso na vida escolar e também preparar para prosseguir em estudos posteriores.

Em seguida, ocorreu a reformulação das DCNEM, aprovada em maio de 2011, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Básica (CEB), no Parecer CNE/CEB n° 05/2011, que tem como objetivo avançar e melhorar a qualidade do Ensino Médio e, conseqüentemente, possibilitar o ingresso dos jovens ao Ensino Superior, garantindo uma formação especializada, contribuindo para o desenvolvimento do país.

A última proposta oficializada pelo governo do estado de Minas Gerais é o REM, elaborado pela SEE, para reformulação curricular da rede pública do estado, substituindo assim o Novo Plano Curricular do Ensino Médio publicado em 2006. A proposta do REM está organizada em um documento com apresentação introdutória, descrevendo os motivos que levaram à mudança do sistema educacional, e afirmando que a SEE se compromete a oferecer um Ensino Médio que atenda aos anseios da sociedade.

Após analisar o documento organizado pela equipe pedagógica do REM, elaboramos um panorama, de acordo com essa proposta, para compreendermos a filosofia do programa. Primeiramente, evidenciamos o objetivo do REM, que é promover um ciclo de estudos, com

identidade própria, visando propiciar melhores condições para prosseguir os estudos, e variados instrumentos favorecedores da empregabilidade dos estudantes do Ensino Médio, para ampliar o repertório de informações, desenvolver habilidades teóricas e práticas para consolidar a formação de jovens e ressignificar a aprendizagem por meio do preparo para o mundo do trabalho. (BRASIL, 2012).

Observa-se que a flexibilização curricular estimula o aluno a participar das ações educativas, e espera-se que os jovens, ao concluir essa fase da educação, sejam capazes de superar a exclusão social, respeitar as diferenças sociais e desenvolver trabalho em equipe para construir uma sociedade mais justa, tendo estímulo para prosseguir seus estudos em cursos técnicos ou superiores, e aprofundando seu conhecimento na área de empregabilidade oferecido pelo projeto.

O REM está pautado nos seguintes princípios pedagógicos: interdisciplinaridade; contextualização; transdisciplinaridade e democratização, que privilegia a pertinência e a relevância social, ética e estética, com a intenção de fazer com que o jovem tenha capacidade de contribuir de forma ativa e intervir positivamente na sociedade, principalmente na comunidade na qual está inserido.

A implementação do REM, de acordo com o documento, foi pensada e discutida de forma ampla pela SEE, SRE e Magistra. Dessa forma, com as reflexões realizadas por essas secretarias e órgãos, eles pretenderam que o projeto contemplasse a sua proposta inicial, favorecendo o desenvolvimento dos objetivos delineados.

Desse modo, no ano de 2011, o projeto piloto entrou em atuação em 11 escolas da região norte da cidade de Belo Horizonte, que atuaram como um laboratório para discussão e debate, a fim de detectar problemas na implantação do projeto e, conseqüentemente, encontrar soluções para sua melhoria. Nessas escolas foram iniciadas as mudanças curriculares que contemplavam as primeiras aulas de empregabilidade: comunicação aplicada, tecnologia da informação e turismo.

Com a ampliação da oferta dessas disciplinas na grade curricular do Ensino Médio, a carga horária de permanência do aluno desse ciclo passou de 2.500 para 3.000 horas anuais, o que reforça os objetivos do programa Mais Educação, propondo a expansão da carga horária para os alunos do Ensino Médio.

Para oferecer condições básicas necessárias à implantação do REM, a SEE, por meio desse projeto piloto, investigou com os diretores escolares quais eram as necessidades básicas

das escolas para a efetivação do projeto. Nesse momento, foi criado o cargo de coordenador do REM.

O projeto piloto foi o responsável pela expansão do REM na identificação e solução dos problemas iniciais de implantação da proposta. Nesse primeiro ano de implantação, a SEE colheu informações nas 11 escolas relativas ao desenvolvimento do programa para uma posterior análise.

Além dessas, o REM expandiu sua implantação para as 133 escolas-referência da SRE no ano de 2013, que contribuiriam ainda mais para a construção da nova proposta curricular, e, dessa forma, caminhar para a expansão em todas as 2.246 escolas estaduais em Minas Gerais que ofertaram o Ensino Médio em 2014. (MINAS GERAIS, 2014).

Com base no Relatório de Gestão da SEE, hoje são ofertadas sete disciplinas de empregabilidade, dentre as 18 ofertadas inicialmente pelo REM, sendo elas: comunicação aplicada, empreendedorismo e gestão, meio ambiente, recursos naturais, tecnologia da informação, turismo, estudos avançados em ciências e estudos avançados em linguagens.

Os professores que lecionam as disciplinas específicas receberam a formação inicial a partir de 2013 para atuarem nas 133 escolas que aderiram ao programa. Com a expansão do REM, essa formação atualmente contempla todos os professores envolvidos nas áreas de empregabilidade.

Para o desenvolvimento do REM, desde a sua implantação, os professores atuantes nas disciplinas específicas foram orientados a utilizar a plataforma Magistra para o desenvolvimento de suas ações.

Com o intuito de fortalecer o Ensino Médio, em 2014, a SEE aderiu ao projeto intitulado **Pacto pelo Fortalecimento do Ensino Médio**, proposto pelo governo federal para todo o Brasil, vinculado ao MEC, proporcionando a formação dos professores mineiros, agregando as ações desenvolvidas, em parceria com o programa REM.

Nesse cenário, constatamos que o REM recebeu um suporte por parte do governo, tanto em divulgação, diferente das outras propostas, quanto na estruturação das escolas, como foi debatido no projeto piloto, oferecendo o suporte para possibilitar a execução da atual organização curricular.

Considera-se que as propostas apresentadas se complementam, e que, por meio do REM, o estudante possa identificar problemas socioculturais; demonstrar tomada de

consciência sobre a diversidade, com respeito às diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, pessoas com deficiência; ser capaz de desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo o diálogo nas suas relações e atuar cotidianamente com ética e compromisso, visando a uma sociedade mais justa, equânime e igualitária.

Em 2015, com a atual transição de governo, o REM, que havia sido implementado pela gestão do governador Antonio Anastasia (PSDB), foi suspenso na gestão do atual governador Fernando Pimentel (PT), por avaliação da equipe educacional pedagógica da SEE, coordenado pela atual secretária de educação Macaé Evaristo, por meio da Resolução SEE/MG nº 2.741.

Um informativo publicado no sítio virtual da SEE justifica a suspensão do projeto por conta de fragilidades na execução, citando os problemas com transporte, a implantação do sexto horário, a logística para a execução do REM, questões regionais e também a necessidade de reavaliar a proposta de áreas de empregabilidade, que prepara os jovens para o mercado de trabalho, com disciplinas ofertadas por professores que não são capacitados na área específica. Todos esses motivos levaram à suspensão do projeto no estado de Minas Gerais.

Há críticas, por parte do governo, quanto à decisão da SEE, de suspensão do REM, por se tratar de uma proposta que foi aprovada pelo MEC, e que não deveria ser tratada como um projeto político. Podemos comparar ao que aconteceu com programas anteriores no estado, como o NPCEM, por exemplo, constatando um elo entre a educação e a política.

## **2. O REM NA ESCOLA REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA –MG**

Para selecionar a escola, buscamos por informações sobre a implantação do REM, na 11ª SRE, que trabalhou com o projeto em duas Escolas Referência no ano de 2013. Essas duas escolas foram escolhidas pela SEE como referências por contemplarem os maiores números de alunos matriculados na rede estadual de ensino nessa região. Diante dessas duas possibilidades de objetos, optamos observar a escola com sede na cidade de Ituiutaba – MG, pois é o estabelecimento com o maior número de alunos, e que está instalada em uma cidade com mais de 100 mil habitantes, e, dessa forma, temos como sujeitos: a diretora, a

coordenadora, os cinco professores das áreas de empregabilidade e os 45 alunos que cursaram o 1º ano do Ensino Médio em 2013.

Com base nos sujeitos, foram elaborados os roteiros de entrevistas direcionadas que se dividiam em três blocos: o pessoal, o profissional e o projeto REM, que foram aplicados para a diretora, a coordenadora e aos cinco professores envolvidos. Em conjunto a esta proposta elaboramos também um questionário estruturado, para entrevistar os alunos que cursaram o 1º ano do Ensino Médio na implantação desse projeto no ano de 2013. As entrevistas foram sistematizadas para que fosse possível a coleta dos dados com os sujeitos envolvidos na implantação do REM. Pensamos em uma estrutura que contemplasse informações pessoais, profissionais e as opiniões e contribuições sobre o projeto. Dessa forma, entrevistamos individualmente, no período de agosto a novembro de 2014, a diretora da escola, e em seguida a coordenadora do projeto, e, por serem as primeiras a serem entrevistadas, pedimos autorização para que as conversas fossem gravadas, com o objetivo de sanar dúvidas posteriores. Ambas nos auxiliaram no agendamento com os demais professores, sendo que três deles ainda trabalham na escola, dando continuidade ao REM, em 2014.

Foram entrevistados na escola: individualmente, o professor de Tecnologia da Informação, e, em dupla, os professores da área de Comunicação Aplicada (um professor e uma professora), uma vez que desenvolvem as atividades em conjunto.

Outros dois professores envolvidos no projeto REM, que não lecionam mais na rede estadual, foram entrevistados individualmente fora da escola, pois acreditamos em suas contribuições na busca de informações sobre a implantação do projeto de que faziam parte.

Finalizadas as entrevistas com a direção e a coordenação, contamos com o auxílio da coordenadora do REM para apresentar os responsáveis e o objetivo deste trabalho aos alunos. e depois entregamos o termo de consentimento para aqueles que cursaram o 1º ano do Ensino Médio vinculado ao REM, no ano anterior, com o intuito de prosseguir a coleta de dados.

Na mesma semana, retomamos à escola para recolher os termos de consentimento, assinados pelos responsáveis pelos alunos com idade inferior a 18 anos. Dos 106 alunos que estudaram nesse estabelecimento de ensino no ano anterior, apenas 41 deles, menores de 18 anos, entregaram os termos de consentimento devidamente assinados pelos pais, e quatro, com mais de 18 anos, entregaram o consentimento com sua própria assinatura, totalizando 45

questionários preenchidos manualmente pelos alunos que foram identificados como sujeitos neste trabalho.

A princípio, o questionário, organizado com o apoio do *software surveymonkey*, continha 17 questões fechadas e não previa nenhuma questão aberta para que os alunos pudessem expressar textualmente sua opinião sobre o REM. Identificamos, ao organizar os dados dos questionários, que 15 alunos redigiram um relato a respeito de suas inquietações sobre o projeto, que serão apresentados nos resultados.

Após finalizar a coleta de dados, transcrevemos os dados para o *software surveymonkey*, que organizou automaticamente as informações em forma de gráficos e tabelas, sugerindo eixos para posterior análise. O programa nos permitiu também reorganizar os gráficos e as tabelas.

### 3. ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES E DESENVOLVIMENTO DO REM

Para analisar como a proposta curricular do REM, implantada no estado de Minas Gerais, tem contribuído para a formação cidadã dos alunos para progredirem no trabalho e em estudos posteriores, utilizaremos a análise qualitativa e quantitativa, com análise documental e estudo de caso.

Assim, fez-se necessário construir três eixos para análise: *Qualificação profissional do aluno, do professor e a contribuição da Magistra na formação docente; As condições para o desenvolvimento do REM*, abarcando as questões de horário, alimentação, espaço físico, infraestrutura, transporte e verba para o projeto; *A gestão para a execução do REM*, abordando o acompanhamento pedagógico e a administração do projeto.

A qualificação profissional é mencionada em todos os documentos que fazem parte do referencial teórico desse trabalho, discutindo a formação do professor e do aluno para o Ensino Médio. Entre os documentos estudados, percebe-se que as propostas mineiras do NPCEM e do REM apresentam uma maior abordagem para essa qualificação profissional.

As diretrizes nacionais são embasadas pela LDB de 1996, e sustentam as propostas do estado de Minas Gerais, que desde 2006 propõem projetos, como o PROMÉDIO e o PROCiência, destacando a formação do professor, e o mais recente dentre eles, o REM, que orienta a formação por meio da plataforma Magistra.

Ainda no que se refere à formação docente, na proposta do REM, os professores das áreas específicas do projeto deveriam apresentar um perfil para o cargo de professor das disciplinas de empregabilidade, conforme relato da diretora e da coordenadora. De acordo com as entrevistas, os professores de Comunicação Aplicada e de Tecnologia da Informação foram escolhidos pelo perfil, e os outros dois professores foram designados pela SRE, para complementar a carga horária na escola, e não tinham formação específica na área. Esse fato foi questionado pelos alunos, conforme as observações 06 e 13 relatadas nas entrevistas.

O documento que direciona as propostas do REM compromete-se com a formação daqueles professores selecionados para ministrarem as disciplinas nas áreas específicas. Portanto, foi oferecida, em um primeiro momento, uma formação presencial, que ocorreu na cidade de Belo Horizonte, no início do ano letivo de 2013; no entanto, nem todos os professores envolvidos na escola referência de Ituiutaba receberam a verba antecipadamente para realizarem a viagem, de modo que essa formação não foi realizada em sua plenitude com os profissionais desse município, e isso pode ser constatado na entrevista com o professor de meio ambiente, que deixou de ir a Belo Horizonte por falta de recurso financeiro.

A Magistra foi a responsável por oferecer o suporte pedagógico aos professores no decorrer da implantação do projeto, mas, devido ao atraso na disponibilização dos recursos pedagógicos e problemas no acesso a sua plataforma, gerou críticas por parte de todos os profissionais envolvidos: professores, diretora e coordenadora do REM.

O relato 14 apresenta a insatisfação em relação à teoria utilizada na disciplina do 1º ano do Ensino Médio, que nos remete à formação discente:

*Relato 14 – Eu queria muito aprender sobre a empregabilidade na teoria e na prática, mas ao invés disso vamos para o laboratório e ficamos sentados no facebook ou jogando, e dentro da sala só copiando texto. E os professores não nos incentivam. Não vou desistir, pois tenho esperança e desejo aprender.*

O relato 3, como exemplo, também critica a contribuição do REM para a formação discente, ao demonstrar o descontentamento em sua própria formação:

*Relato 3 – Como é possível ver meu grau de satisfação com a área escolhida é pouco, esperava mais conhecimento e muitas vezes a explicação do orientador é confusa, sem mencionar a falta de estímulo. No mundo de hoje temos que estudar para conseguir um bom lugar na sociedade e um maior conforto e apenas isso me incentiva a ficar na escola, sem mencionar que estou aqui há 6 anos. Seria difícil me adaptar a outro lugar, os professores tanto na prática como a teoria não nos incentivam em nada, os computadores vivem estragados, o sinal dá em nada, os computadores vivem estragados, o sinal da internet vive*

*caindo ou nem pega na maioria dos computadores. Já passei situações de apuros com o computador por não saber passar uma imagem do excel para o power point. Isso é deprimente, quero aprender mais, mas não somos motivados, somos clientes de uma empresa e os clientes estão diminuindo. Em anos passados essa área possuía 3 salas agora são duas e se continuar assim, só vai diminuir. Queremos aprender e condições de aprender.*

A equipe do REM que atua nessa escola – coordenadora, professora de Tecnologia da Informação e o professor da disciplina de Meio Ambiente – também apontam o descontentamento sobre a contribuição da formação discente na entrevista:

*Coordenadora – O projeto não acrescentou em nada, se considerar a opinião dos alunos e dos professores, mas os alunos melhoraram no sentido da comunicação e do relacionamento entre professor e aluno.*

*Professora de Tecnologia da Informação – O REM, no modelo que é desenvolvido hoje, não contribui significativamente na formação dos alunos.*

*Professor de Meio Ambiente – Devido à experiência como professor no REM, relata que as disciplinas não contribuem de maneira significativa para a formação do aluno e há falta de investimentos por parte do governo, como principal responsável pelas dificuldades no desenvolvimento do projeto, dificultando as contribuições tanto para a formação dos alunos, quanto dos professores envolvidos no projeto.*

Por outro lado, os professores de Comunicação Aplicada afirmaram que o REM amplia o conhecimento dos alunos, discordando dos demais professores que lecionam as disciplinas de empregabilidade, que não acreditam que a proposta possa contribuir para a formação discente. De acordo com o documento do REM, é importante que os alunos, ao concluírem o Ensino Médio, fossem capazes de prosseguir os estudos em cursos técnicos ou Ensino Superior, aprofundando os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de empregabilidade, ofertadas no projeto.

O documento do REM aponta que é de responsabilidade da SEE o acompanhamento no desenvolvimento deste processo.

Desta maneira, possibilita a reflexão da proposta do REM, o qual tem como objetivo promover um ciclo de estudos, com identidade própria, visando propiciar melhores condições para prosseguir os estudos, e variados instrumentos favorecedores da empregabilidade dos estudantes do Ensino Médio, para ampliar o repertório de informações, desenvolverem habilidades teóricas e práticas para consolidar a formação de jovens e ressignificar a aprendizagem por meio do preparo para o mundo do trabalho.

Essas propostas curriculares, desenvolvidas nas salas de aula, organizadas pela escola piloto, criticadas pelos discentes, nos remetem também a refletir se a mesma oportuniza a flexibilização curricular e se estimula o aluno a participar das ações educativas, esperando,

assim, que os jovens, ao concluir essa fase da educação, sejam capazes de superar a exclusão social, respeitar as diferenças sociais e desenvolver trabalho em equipe para construir uma sociedade mais justa, tendo estímulo para prosseguir seus estudos em cursos técnicos ou superiores, aprofundando seu conhecimento na área de empregabilidade oferecida pelo projeto, conforme a proposta do REM.

As condições para o desenvolvimento do REM, mencionadas desde as DCNEM de 2011, citam que todas as escolas, independentemente de horário, deveriam ofertar o Ensino Médio, garantindo o efetivo acesso a essa fase da educação e a permanência dos alunos na escola.

Especificamente para Minas Gerais, essas condições são detalhadas no NPCEM de 2006, que atribuía ao estado o papel de garantir a estrutura e atender às necessidades das escolas, e concorda também com a proposta das DCNEM de 2011, que garante a permanência dos alunos na escola possibilitando o sucesso no Ensino Médio.

Nesse mesmo ano, o documento do REM previa uma flexibilização curricular aumentando a carga horária dos alunos com o sexto horário, contribuindo para que os alunos prosseguissem os estudos em Cursos Técnicos ou Ensino Superior.

Ainda de acordo com essa proposta, foi implementada uma fase de laboratório, em 2011, antes da ampliação do projeto para as escolas piloto, no estado de Minas Gerais, para que a SEE contemplasse as condições necessárias para o desenvolvimento do REM, realizado em conjunto com a diretora, que contaram com o apoio de uma coordenadora para auxiliar no início de implantação da proposta.

Como relatado pela diretora, no final de 2012, realizou-se a divulgação do REM para a comunidade escolar, seguindo a proposta do documento, apresentando o projeto que seria implantado em 2013 nessa escola piloto e as novidades propostas: a questão do sexto horário; a verba destinada ao projeto e a estrutura prevista para o desenvolvimento das atividades específicas. Essas ações, realizadas no ambiente escolar, direcionam a ressignificação da escola pública no estado de Minas Gerais, evidenciando a importância do acesso ao conhecimento como condição para o exercício da plena cidadania na sociedade contemporânea REM (2012).

Para iniciar o projeto, foi obrigatória a implantação do sexto horário. Os alunos se posicionaram insatisfeitos com a ampliação da carga horária do REM de 2.500 para 3.000

horas nos três anos do Ensino Médio, uma vez que as condições de permanência na escola não foram solucionadas.

Percebe-se que a questão da ampliação da permanência do aluno na escola se atrela a outros problemas, que notamos nesses relatos, como, por exemplo, a merenda escolar, que é mencionada nos relatos 04, 05 e 09 por parte dos alunos, e também pela coordenadora do REM. Na proposta do documento, não estava prevista a questão referente à alimentação, no entanto, entende-se que é necessária para contemplar as condições plenas para o desenvolvimento das atividades. Nesse caso, não foi atendida pelo Estado, comprometendo a proposta.

*Relato da coordenadora – Uma verba complementar destinada à merenda dos alunos que permaneceriam na escola no sexto horário seria repassada pelo governo estadual, mas esse dinheiro nunca chegou ao caixa da escola.*

Outra questão apontada por parte dos alunos que moram na zona rural, de acordo com a Resolução 2.769/2015, publicada em 17 de abril, no Diário Oficial dos Poderes do Estado, a responsabilidade pelo transporte escolar de alunos é compartilhada entre as esferas federal, estaduais e municipais, sendo que as prefeituras ficam responsáveis por gerenciar o transporte, enquanto o estado e o Governo Federal fazem a transferência de recursos para possibilitar a manutenção e custeio do serviço de transporte.

Desta forma, compreende-se que o apoio referente ao transporte escolar é de responsabilidade do governo municipal, o qual adequaria o horário de locomoção dos alunos ao final do sexto horário, dando as condições para que eles retornassem as suas residências, o que não aconteceu, como pode-se notar no relato da coordenadora e dos professores de comunicação aplicada:

*Relato da coordenadora – Os alunos do campo, que não foram beneficiados com transporte, esse de responsabilidade da prefeitura, que por sua vez não cumpriu com sua parte, impossibilitando os alunos de permanecerem na escola até o final do sexto horário.*

*Relato Comunicação Aplicada – A falta de transporte para os alunos do campo desfavorecem o projeto.*

A SRE, administrada pela SEE, enfrentou desafios que caracterizam o cenário da educação pública do estado de Minas Gerais, conforme Brasil (2012). Um dos desafios evidenciado nesse trabalho retrata que os alunos residentes na zona rural foram prejudicados por conta do transporte, comprometendo o desenvolvimento do projeto e, conseqüentemente,

interferindo na formação dos alunos e não oferecendo as condições necessárias para acesso ao REM.

*Relato da coordenadora – Os alunos do campo, não foram beneficiados com transporte, esse de responsabilidade da prefeitura, que por sua vez não cumpriu com sua parte, impossibilitando os alunos de permanecerem na escola até o final do sexto horário.*

Ainda no viés do sexto horário e do transporte, os alunos que moram na cidade questionam a questão do transporte público urbano, para retornarem as suas residências, sendo que o horário é incompatível com a rota adotada pela empresa, interferindo nas atividades do período do tarde, como é apontado pelo aluno neste relato:

*Relato 08 – Nós não aprendemos nada nisso, não serve para nada, se for para seguir eu ia fazer (SENAC ou SENAI) tem aulas que ficamos jogando, sem fazer nada, os computadores são insuficientes, a maioria estão estragados! e nem vou falar mais, né, chega.*

Outra necessidade questionada pelos professores do projeto, que estava prevista no documento do REM, foi a estrutura para o desenvolvimento das atividades, como, por exemplo, os laboratórios da disciplina de Tecnologia da Informação, que, de acordo com os professores dessa disciplina, os recursos financeiros, que eram de responsabilidade do governo, chegaram com atraso na escola, que, em meio a essa situação, aproveitou o material de um projeto desenvolvido anteriormente.

Para que as escolas mineiras sejam protagonistas de um Ensino Médio de excelência, cujo foco principal é o sucesso do ensino e aprendizagem dos alunos, é necessário refletirmos e redirecionarmos as questões relacionadas às condições adequadas para o desenvolvimento do REM.

A gestão da SEE e escola referência em relação à execução do REM têm papel importante para a compreensão e organização das atividades relacionadas à implantação e desenvolvimento do projeto, investigando os problemas e tomando as medidas e decisões para solucioná-los.

Desde o NPCEM de 2006, menciona-se a implantação do sistema de Escolas Referência, onde, por meio dessas, compreender-se-ia a educação no estado de Minas Gerais. Para que isso fosse possível, a SEE ofereceria o suporte necessário para as escolas. A mesma responsabilidade é prevista para a empreitada do REM, que pensou e discutiu de forma ampla a implantação pela SEE, SRE e Magistra.

Neste sentido, retomamos a ideia desenvolvida anteriormente, onde detalhamos que o REM implantou uma fase de laboratório na cidade de Belo Horizonte nos anos de 2011 e 2012, expandindo para Escolas Referência em 2013, momento em que foram repassadas as informações para a gestão da escola, a fim de que essa compreendesse o processo de implantação.

Assim, destaca-se a entrevista da diretora que relata:

*Faltam mais estudos e simulações para o processo de implantação do projeto na escola, a SEE repassa as informações à SRE, no entanto, há uma lacuna entre a proposta do REM em relação à realidade da escola piloto.*

No entanto, o documento do REM aborda que a SEE realizou uma análise antes da expansão do projeto; porém, mesmo diante de toda essa fase de estudos, a diretora acredita que seria necessário mais tempo para a SEE conseguir munir a SRE de respostas para solucionar as dúvidas antes da implantação do REM.

Também é de responsabilidade da gestão escolar realizar a seleção dos profissionais que atuaram no projeto REM, desde a sua implantação na escola piloto, privilegiando o perfil dos docentes para lecionarem nas disciplinas de empregabilidade do REM.

A gestão da Secretaria Estadual, para dar início às atividades referentes ao projeto do REM, na Escola Referência do município, ofereceria as condições básicas para o desenvolvimento, no entanto, a diretora dessa escola relata que houve atraso no processo de disponibilização da verba pela SEE, que a escola somente recebeu em meados do ano letivo, conforme detalhado nos relatos.

Apesar de os documentos NPCEM e do REM relatarem que a SEE contemplaria a proposta do projeto em ação, oferecendo às escolas o apoio necessário para a implementação das propostas, constata-se que a escola não foi contemplada no momento do início de suas atividades, causando inquietação entre os profissionais envolvidos na escola e no município.

Outra questão diretamente relacionada à gestão do projeto foram os apontamentos realizados pela direção e coordenação em relação ao transporte dos alunos da zona rural:

*Relato da diretora – A ausência da contrapartida com o poder municipal, para dar apoio ao transporte de alunos rurais que estudam na cidade e são obrigados a saírem das aulas no quinto horário pela falta de transporte para que eles possam retornar, não foi solucionada pela SEE.*

*Relato da coordenadora – A escola, a partir de então, por orientação da SRE para o ano de 2013, organizou a transferência desses alunos para outras escolas do município onde não existia o sexto horário, pois estas ainda não haviam recebido a implantação do REM.*

No documento do REM, esse transporte não está previsto de forma detalhada, no entanto, é mencionado que a SEE faria parcerias com o poder municipal, visando solucionar essas necessidades do projeto.

Considerando que uma das funções do diretor da escola, nesse caso gestor do REM, é de fixar as metas para alcançar os resultados estabelecidos por meio do planejamento, constata-se que a disponibilização dos recursos de apoio pedagógico e de materiais pela SEE para o desenvolvimento das disciplinas de empregabilidade, desenvolvidas na escola, não foram contemplados no tempo previsto, conforme os relatos das entrevistas:

*Relato da diretora – A escola conseguiu desenvolver o projeto com a estrutura já implantada anteriormente, como exemplo a Rádio Escola, que é utilizada pela Comunicação Aplicada, e dois laboratórios de informática que supriram as necessidades das aulas de Tecnologia da Informação, pois a infraestrutura para o REM chegou atrasada na escola, quando o projeto encontrava-se em desenvolvimento.*

*Relato da coordenadora – A SEE repassaria um recurso financeiro para a mesma com o objetivo de suprir as necessidades do projeto. Em relato, a coordenadora informou que este chegou atrasado e para driblar o problema foram utilizados recursos do caixa da escola.*

A infraestrutura é a base para o desenvolvimento do projeto; no entanto, conforme os relatos, esta não chegou no tempo determinado para iniciar as atividades propostas.

Conforme o documento do REM, e já mencionado no primeiro tópico de análise, o apoio pedagógico para o docente, ficaria a cargo da plataforma Magistra, entretanto, apresentou problemas logo no início das atividades do projeto.

*Relato da diretora – Os professores não conseguem contemplar as necessidades das aulas somente com o material disponível na plataforma, e recorrem a materiais em outras fontes para dar suporte ao projeto. Já com o projeto implantado, a escola recebeu apoio do NAPEM no final do primeiro semestre de 2013.*

*Relato da coordenadora – Com o trabalho do NAPEM surgiu certo receio, por parte dos professores, que em primeiro momento não sabiam quais eram as intenções deste núcleo atuando na escola; essa questão foi resolvida a partir do momento que eles compreenderam que este ofereceu contribuições no processo de implantação do REM na escola no ano de 2013.*

Conforme os relatos, destaca-se que o SRE propiciou o suporte pedagógico por meio do NAPEM, não previsto pelo REM. No relato da coordenadora consta que o início das atividades do Napem também ocorreu já no decorrer do ano letivo.

Os professores manifestaram interesse e preocupação com o seu próprio desenvolvimento profissional, em especial o de Meio Ambiente, quando relatam ter recebido um livro sobre o tema Água, da coordenadora do REM, que não contemplava as propostas planejadas.

A gestão, ao fazer o controle de resultados da avaliação, oculta a reprovação da disciplina de empregabilidade, não explicita a verdadeira função da avaliação ao informar para os alunos que as disciplinas de empregabilidade não são reprovativas. Nesse sentido, reforça a ideia negativa da avaliação como um veículo de punição. Este fato é explicitado por dois professores, a primeira, a professora de Tecnologia da Informação, quando relata que é obrigada a esconder dos alunos que sua disciplina de empregabilidade não é reprovativa, pois, segundo a direção, poderia causar desmotivação no processo de ensino e aprendizagem. O segundo, o professor de Meio Ambiente, relata que “como não há reprovação, desestimula o aluno a aprender os conteúdos específicos das áreas de empregabilidade”.

Ressalvamos a importância da gestão na escola, tanto no que se refere à parte pedagógica quanto na parte específica, pois ela é a base orientadora para o professor desempenhar um papel satisfatório nas aulas propostas.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Diante do primeiro eixo norteador estabelecido - *Qualificação profissional do aluno, do professor e a contribuição da Magistra na formação docente* - , observa-se que foram diagnosticados descompassos entre as propostas e as execuções das atividades na qualificação profissional dos professores para lecionarem nas áreas específicas, tanto no REM, em 2012, como no NPCEM, em 2006, que não sustentaram suas ações durante o desenvolvimento da fase de implantação.

No REM, a formação de professores por meio da Magistra seria importante para o desenvolvimento e o sucesso da proposta. Para Canário (2006), a formação dos educadores, que estão em exercício de sua função ou serão inseridos neste contexto, passou a ser uma reinvenção de novos modos de socialização profissional, desenvolvendo nos contextos de trabalho uma dinâmica com uma vertente dupla – a primeira, formativa e a segunda, de construção da sua própria identidade profissional. Essas duas dinâmicas emergem e se desenvolvem na ação, o que conduz a formação do professor centrado na escola, em seu local próprio de trabalho, e que não se caracteriza em uma relação de exterioridade com o contexto do trabalho; sendo assim, os projetos de formação de professores passam a fazer parte das intervenções da escola.

Entretanto, o atraso na disponibilização de sua plataforma comprometeu o desenvolvimento do trabalho dos professores, que ficaram desmotivados, uma vez que não estavam preparados para a nova jornada, o que, conseqüentemente, interferiu na formação dos alunos.

A formação docente idealizada pelo governo é questionada tanto por parte dos professores quanto dos alunos, que duvidam das contribuições dessa nova organização curricular para sua formação. Os professores do REM não foram necessariamente formados de acordo com a área de empregabilidade; no entanto, esperava-se que a SEE oferecesse formação específica e desse a mesma continuidade durante o desenvolvimento do projeto, oferecendo sustentação na atuação dos profissionais em sala de aula.

Na esfera das condições para o desenvolvimento do REM, segundo eixo norteador da análise deste trabalho, destacou-se os problemas relativos ao apoio pedagógico para o desenvolvimento das aulas do projeto. Nota-se que a Magistra e o Napem não conseguiram contemplar as necessidades dos professores na fase inicial da implantação, comprometendo o desenvolvimento das atividades pedagógicas durante essa fase.

Para Imbernón (2002), essa formação, na qual o professor deve ajudar a desenvolver um conhecimento profissional, permite-lhe avaliar a necessidade potencial e a qualidade da inovação educativa que deve ser introduzida constantemente nas escolas: desenvolver habilidades básicas no âmbito de estratégias de ensino em um determinado contexto do planejamento, do diagnóstico e da avaliação; proporcionar as competências para ser capaz de modificar as tarefas educativas continuamente, numa tentativa de adaptação à diversidade e ao contexto dos alunos; e também comprometer-se com o meio social.

Acredita-se que a SRE poderia ter realizado parceria com a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP), no sentido de compartilhar ideias sobre o desenvolvimento das propostas pedagógicas do REM. A FACIP possui sete cursos de licenciatura nos quais são articuladas ações de Estágios Supervisionados, Projeto Integrado de Práticas Educativas (PIPE), além de desenvolver projetos de Iniciação Científica (IC) e já possuir convênio com a Escola Referência no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID). Essa articulação poderia favorecer diálogos entre a equipe pedagógica do REM, os alunos e a universidade, complementando as

ações com os alunos e compartilhando os problemas ocorridos com as diversas áreas do conhecimento.

Em relação às atividades práticas desenvolvidas na implantação do REM nas três disciplinas de empregabilidade elegidas pela comunidade, no mesmo viés do apoio pedagógico, o governo deveria disponibilizar condições, como infraestrutura e recursos financeiros para seu desenvolvimento; porém, na prática, a não liberação desses recursos foi bastante questionada por parte da gestão e dos professores, causando dúvidas à equipe que participou do desenvolvimento do futuro do REM. A liberação desses recursos deveria ser priorizada no início da implantação das propostas, para que não comprometesse a execução das atividades e a permanência dos alunos na escola.

A proposta do REM aumentou em 500 horas a carga horária do Ensino Médio e, conseqüentemente, a permanência dos alunos na escola. No entanto, questões de transporte para a zona rural com horários alternativos para os alunos do Ensino Médio e o aumento da oferta de merenda que atendesse à flexibilização de horários não foram contemplados. Mediante os pontos destacados, é necessário que seja repensado o papel do Estado e o seu comprometimento relacionado ao oferecimento de condições para o desenvolvimento dos projetos de organização curricular, que demandam apoio financeiro e infraestrutura.

A gestão para a execução do REM, terceiro eixo norteador deste trabalho, considera que as informações repassadas da SEE para a SRE não foram suficientes para sanar as dúvidas da escola em relação à implantação do REM. Considerando a complexidade do projeto e o número de pessoas envolvidas de forma direta ou indireta, a comunicação entre os órgãos responsáveis que administravam o trabalho não poderia deixar de atender às necessidades que as Escolas de Referência apontavam.

Ao surgirem os problemas com o transporte dos alunos da zona rural para retornarem às suas residências, em horário flexível, de acordo com o REM, constatamos uma ausência de diálogo entre a SRE e a prefeitura; no entanto, a decisão tomada pela SRE não resolveu o problema, pois os alunos foram transferidos para outras escolas que não haviam sido contempladas com o REM em 2013, não solucionando o problema. Conforme o documento do REM, não consta o destaque para o comprometimento dos órgãos estaduais e municipais no que se refere ao transporte. Desta forma, torna-se necessária a constatação do órgão responsável para administrar essa questão, pois interferiu no desenvolvimento do projeto implantado na Escola Referência.

No que se refere ao apoio financeiro e de infraestrutura oriundos do governo estadual, constatou-se o atraso do repasse da verba para iniciar o desenvolvimento do projeto, mas mesmo assim a gestão administrativa e pedagógica do projeto na Escola Referência não permitiu que esse problema prejudicasse o início dos trabalhos, fazendo uso dos recursos já existentes na escola até a liberação da verba estipulada ao REM pelo governo estadual. Ações como essas, dirigidas pela gestão da escola diretamente responsável pela execução do projeto, deveriam ser permanentes em outras questões que surgiram simultaneamente, evitando prejuízos na formação cidadã dos alunos.

Formar, em maior quantidade e com qualidade, os profissionais que atuarão como professores é apenas uma parte da tarefa. Para isso é necessário criar condições que mantenham o entusiasmo inicial, a dedicação e a confiança nos resultados do trabalho pedagógico. Também é necessário e primordial que os professores possam vislumbrar perspectivas de crescimento profissional e de continuidade de seu processo de formação. (FIORENTINI, 2004).

Visando à possibilidade de contribuições com os percalços e as reflexões pedagógicas na Escola Referência, durante a implantação do REM, a gestão do projeto na escola poderia ter articulado o trabalho proposto pelo Napem, com o apoio da SRE, entre os professores das disciplinas específicas e comuns, o coordenador e também com os alunos. Os resultados dessa ação poderiam contribuir com os objetivos que o documento do REM aponta e garantir, além da aprendizagem, a satisfação dos alunos.

Desde o início deste trabalho, objetivamos responder ao seguinte problema: a proposta curricular apresentada no REM, na Escola Referência do município de Ituiutaba, no período de implantação, tem contribuído para a formação cidadã? Para tanto, sintetizando as propostas de organização curricular já promulgadas pelos governos anteriores até o presente momento, o REM se destaca das demais, sendo a única que entrou em vigência em todas as SRE, com objetivo de universalizar e qualificar o Ensino Médio, contemplando o maior número de alunos e escolas. O projeto, da forma idealizada, contribuiria para a formação cidadã dos alunos para progredir no trabalho e em estudos posteriores, porém, no momento de seu desenvolvimento, os percalços comprometeram o programa, impossibilitando o seu avanço.

Pesquisas que investigam a implantação e o desenvolvimento de um projeto abrangente como este são necessárias para que os problemas sejam sanados e as ações

qualificadas sejam sempre ressignificadas. Porém, neste caso, com um viés político partidário, com a troca do governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para o Partido dos Trabalhadores (PT), em janeiro de 2015, em sua primeira ação em relação à qualificação de um novo Ensino Médio, o atual governador extinguiu o projeto já implantado em todas as escolas mineiras, por meio da Resolução 2.742/2015. Mesmo apurando os diversos problemas ocorridos em sua implantação, o REM deveria ser repensado e reajustado, e não necessariamente eliminado pelos novos gestores da SEE. Perante os desafios presentes e das novas exigências na educação, o campo profissional requer profissionais cada vez mais qualificados e permanentemente atualizados a partir da Educação Infantil até o Ensino Superior.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Resolução 2.769/2015*. Diário Oficial dos Poderes do Estado. Belo Horizonte, BH, 2015. Disponível em: <<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/142261?paginaCorrente=01&posicaoPagCorrente=142232&linkBase=http%3A%2F%2Fjornal.iof.mg.gov.br%3A80%2Fxmlui%2Fhandle%2F123456789%2F&totalPaginas=76&paginaDestino=30&indice=0>> Acesso em: 26 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Reestruturação e Expansão do Ensino Médio no Brasil*. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12589:reestruturacao-e-expansao-do-ensino-medio-no-brasil&catid=342:reestruturacao-e-expansao-do-ens-medio-no-brasil&Itemid=837](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12589:reestruturacao-e-expansao-do-ensino-medio-no-brasil&catid=342:reestruturacao-e-expansao-do-ens-medio-no-brasil&Itemid=837)>. Acesso em: 12 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Relatório de Gestão 2011 - 2014*. Belo Horizonte, 2014a. 171p.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 13 out. 2014b.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Ideb indica melhora no ensino fundamental*. Disponível em: <[http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset\\_publisher/6AhJ/content/id/139140?p\\_r\\_p\\_564233524\\_urlTitle=ideb-indica-melhora-no-ensino-fundamental&redirect=http%3a%2f%2fportal.inep.gov.br%2f](http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/id/139140?p_r_p_564233524_urlTitle=ideb-indica-melhora-no-ensino-fundamental&redirect=http%3a%2f%2fportal.inep.gov.br%2f)>. Acesso em: 12 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. *Reinventando o ensino médio*. Belo Horizonte, 2012. 50p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de diretrizes e bases da educação Nacional*. Brasília, 1996.

CANÁRIO, R. *A escola tem futuro?* das promessas às incertezas. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 2006.

FIORENTINI, D. *Formação de professores de matemática*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza*. São Paulo, SP: Cortez, 2002.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Resolução 2.742/2015. *Diário Oficial dos Poderes do Estado*. Belo Horizonte, BH, 2015. Disponível em: <<http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/137325>> Acesso em: 28 jan. 2015.